



ANEXO

Atualização de Cadastro de Servidores Aposentados

Servidor Aposentado			
Nome Completo:			
CPF:	Data de Nascimento:	Matrícula	
RG:	Órgão Emissor:	UF:	e-mail:
Endereço:		Nº	Complemento:
Bairro:	Cidade:	UF:	CEP:
Conjuge/Companheiro/Convivente:		Data de Nascimento:	
		PIS/NIT=	
Dependentes menores de 21 anos			
Nome:		Data de Nascimento:	
Nome:		Data de Nascimento:	
Nome:		Data de Nascimento:	
DDD/Telefone:	Telefone Celular:	Data Nascimento:	Estado Civil:

- Artigo 299 do Código Penal Brasileiro - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa do que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato judicialmente relevante.
- Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa se o documento é particular.

Observações

A presente declaração deverá ser enviada ao IPAM, com firma reconhecida da assinatura.

Marialva, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Servidor



Atualização de Cadastro de Pensionistas

Servidor Pensionista					
Nome:		CPF:		Matrícula:	
Filiação: PAI		MÃE:			
RG:	Órgão Emissor	UF	e-mail:		
Endereço:		Número:		Complemento:	
Bairro:	Cidade:		UF:	CEP:	
DDD/Telefone:	Caixa Postal:	Data Nascimento:		Estado Civil:	

PIS/NIT=

Declaro para os devidos fins e sob as penas do Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que não houve alteração no estado civil que ensejou o deferimento do benefício que recebo junto ao IPAM. Declaro ainda, que não mantenho qualquer relação de convívio marital e que informarei imediatamente ao IPAM caso ocorram alterações nas condições aqui declaradas. Estou ciente de que o IPAM poderá a qualquer tempo aferir e conferir a veracidade dessas informações, que se não confirmadas poderão ensejar o cancelamento do benefício e a devolução dos valores recebidos indevidamente.

, Março de 2024

Assinatura do pensionista

- Artigo 299 do Código Penal Brasileiro - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa do que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato judicialmente relevante.
- Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa se o documento é particular.

Observações

A presente declaração deverá ser enviada ao IPAM, com firma reconhecida da assinatura.

Marialva, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Servidor